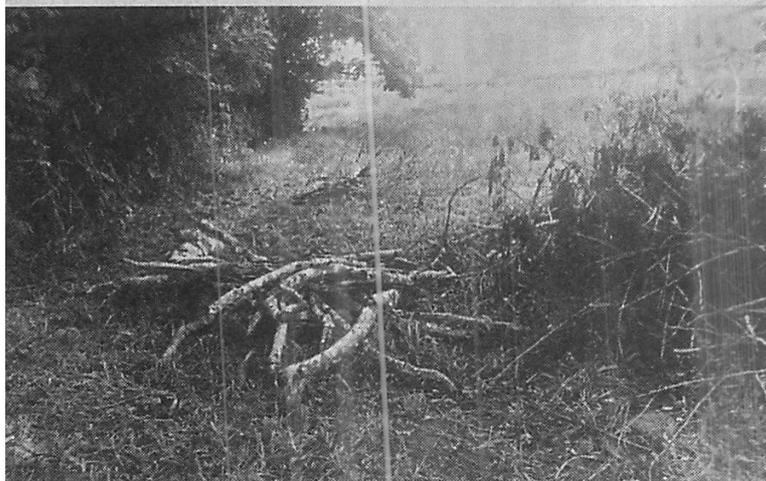




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Cinform - 04 a 10/04/2016



Região já apresenta vestígios de desmatamento

## BICA DO URUBU É ALVO DE DESMATAMENTO E POLUIÇÃO

**Ministério Público e Prefeitura fizeram visita de limpeza e reconhecimento na região na última sexta, 1º. Mata ciliar e fonte são as principais afetadas**

A popular Bica do Povoado Urubu Grande está sendo alvo de desmatamento e poluição. A denúncia já chegou ao conhecimento do Ministério Público Estadual e da Prefeitura, que fizeram uma visita ao local na última sexta-feira, 1º de abril, para avaliar os impactos causados.

Além de extrair madeira, muitas pessoas utilizam o local para lavagem de roupas e banho, o que resulta em diversos materiais descartáveis espalhados pela área. De acordo com a Prefeitura, um relatório deve ser enviado ao Ministério Público até esta segunda-feira, 4, para que as pessoas envolvidas sejam notificadas.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural explica que, nesse caso, o principal risco é de dano à fonte, que pode estar contaminada com produtos químicos. Outro risco é o prejuí-

zo à mata ciliar, que já apresenta indícios claros de que boa parte a vegetação foi devastada.

### DEVASTAÇÃO

“Ofereci uma denúncia ao Ministério Público, na Promotoria do Meio Ambiente, mostrando que a bica, que é uma reserva com diversas fontes, está sendo degradada. As pessoas estão abrindo clareiras e deixando retalhos de pano, garrafas pet e um monte de lixo”, afirma o líder comunitário Clóvis José de Souza, do Povoado Brasília.

O diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural da Secretaria, Adelino Barbosa Teixeira Filho, informa que a visita da última sexta teve o intuito de realizar uma limpeza na área. “Já tomamos conhecimento da situação e estamos oferecendo à Promotoria os recursos necessários para que se recupere o que foi danificado e se previna outros danos”, informa.

“Já encaminhamos expediente à Secretaria e à Prefeitura, para que o local, que é uma área de propriedade privada, seja fiscalizado e para que se possa dirimir as irregularidades”, resume o analista da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Lagarto, Lucas Andrade. ■